

PROJETO

Escola Viva

Garantindo o acesso e permanência
de todos os alunos na escola

Alunos com necessidades
educacionais especiais

Adaptações Curriculares
de Pequeno Porte

6

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado da Educação
Paulo Renato Souza

Secretário Executivo
Luciano Oliva Patrício

Secretária de Educação Especial
Marilene Ribeiro dos Santos

FICHA TÉCNICA

Coordenação: **SORRI-BRASIL**

Elaboração: **Maria Salete Fábio Aranha**

Projeto gráfico, revisão e copydesk: **BelmontCom**. Comunicação Integral

Agradecimentos: **Equipe Técnica da Secretaria de Educação Especial**

Tiragem: 10.000 exemplares

Autorizada reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais,

Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000

196p.: il.

Iniciando nossa conversa.

1. Visão histórica.
2. Deficiência no contexto escolar.
3. Sensibilização e convivência.
4. Construindo a escola inclusiva
5. Adaptações curriculares de grande porte.
6. Adaptações curriculares de pequeno porte.

CDD: 372.6

CDU: 342.71

Índice

Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações não Significativas)	7
Ajustes que Cabem ao Professor Realizar	10
Necessidades Especiais e Adaptações Específicas	13
Categorias de Adaptações Curriculares de Pequeno Porte	22
Adaptação de Objetivos.....	23
Adaptação de Conteúdos.....	24
Adaptações do Método de Ensino e da Organização Didática.....	24
Adaptação do Processo de Avaliação.....	28
Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem...	29

Adaptações Curriculares de Pequeno Porte

(Adaptações não Significativas)

Atribuições e Responsabilidades dos Professores

No ajuste do sistema educacional para o acolhimento de todos

Prezado professor.

Ao trabalhar com os diversos volumes desta coletânea, tivemos a oportunidade de fazer um intervalo no corre-corre do nosso cotidiano, e de retomar o contato com questões que são de grande importância para o nosso desempenho profissional.

Assim, ao revermos um pouco da história das relações mantidas pelas sociedades, e em particular pela sociedade brasileira, com o segmento populacional constituído pelas pessoas com deficiência.

Refletimos, também, sobre o professor que hoje somos, buscando uma compreensão crítica sobre como fomos formados e sobre como essa formação tem influenciado nossa forma de ver o aluno e a tarefa de ensinar.

Podemos ainda lembrar do papel fundamental que a individualidade e a subjetividade ocupam no processo de aprendizagem, já que tornam cada aluno peculiar em suas características e necessidades.

Ao refletir sobre tudo isso, enxergamos com clareza que cada aluno tem peculiaridades específicas e especiais, e que para atendê-las temos, às vezes, que fazer ajustes e adaptações no currículo regularmente proposto para os diferentes níveis da escolaridade, de forma a garantir as condições (respostas educacionais) que lhes são necessárias para acessar o conhecimento disponível como qualquer um de seus demais colegas.

Vimos, ainda, que **tais ações são essenciais para a construção de um sistema educacional inclusivo**, ou seja, **uma escola que esteja aberta e preparada para responder educacionalmente a todos** os que a procurarem.

Por último, discutimos sobre as **atribuições e competências** de diferentes instâncias da sociedade no desenvolvimento desse processo. Assim, sabemos hoje o que sinaliza e determina a legislação; sabemos o que é responsabilidade **da sociedade**, representada nos Conselhos Municipais de Educação; sabemos igualmente o que é de responsabilidade **das instâncias político-administrativas superiores**, representadas principalmente pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, pela direção das unidades escolares e pelas equipes técnicas. Chamamos a estas ações, de competência e responsabilidade das instâncias administrativas superiores, de **Adaptações Curriculares de Grande Porte (Adaptações Significativas.)**

Neste volume, finalmente, vamos focalizar especificamente as ações que cabem a nós, **professores**, realizar para favorecer a aprendizagem de todos os alunos presentes em nossas salas de aula, denominadas **Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas.)**

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas) são **modificações promovidas no currículo, pelo professor**, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus parceiros coetâneos¹. São denominadas de Pequeno Porte² (Não Significativas) porque sua implementação encontra-se no **âmbito de responsabilidade e de ação exclusivos do professor**, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa, e/ou técnica.

1. *Parceiro coetâneo - colega da mesma faixa etária.*

2. *Denominadas Adaptações Não Significativas, no documento Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares, Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.*

Elas podem ser implementadas em **várias áreas e momentos da atuação do professor**: na promoção do **acesso ao currículo**, nos **objetivos** de ensino, no **conteúdo** ensinado, no **método** de ensino, no processo de **avaliação**, na **temporalidade**.

A primeira instância na qual o professor deve promover as adaptações que favorecerão a experiência produtiva da escolaridade para todos os seus alunos é na elaboração do Plano de Ensino. Ao fazer isso, o professor deve estar aberto para a constatação da diversidade presente **no seu grupo de alunos e para a ela responder no âmbito da sua ação pedagógica**.

Seu planejamento, assim, deverá considerar a diversidade, estando alerta para as características individuais, o que envolve:

- a organização do espaço e dos aspectos físicos da sala de aula;
- a seleção, a adaptação e a utilização de equipamentos e mobiliários de forma a favorecer a aprendizagem de todos os alunos;
- o planejamento das estratégias de ensino que pretende adotar em função dos objetivos pedagógicos e conseqüentes conteúdos a serem abordados;
- a pluralidade metodológica tanto para o ensino como para a avaliação;
- a flexibilização da temporalidade.



De maneira geral, as Adaptações de Pequeno Porte podem ocorrer nas mesmas categorias que as Adaptações de Grande Porte, diferenciando-se principalmente no que se refere à instância que por elas é responsável.

Veja, um professor não poderá decidir e realizar, por sua própria decisão e iniciativa, a adaptação de todos os banheiros de uma escola, de forma que os alunos que se locomovem com cadeiras de rodas possam deles se utilizar. Obviamente que o professor irá perceber a necessidade, discutir

sobre ela com a direção da unidade escolar, mas é à Direção que cabe envidar esforços junto às Secretarias Estadual e Municipal de Educação no sentido de promover a referida adaptação.

Assim, nas mesmas áreas poderão se mostrar necessárias tanto Adaptações de Grande Porte, **as quais deverão ser implementadas pelas instâncias político-administrativas superiores**, como Adaptações de Pequeno Porte, **as quais deverão ser implementadas pelos professores** de acordo com suas funções e atribuições formais.

Haverá alunos que necessitarão de Adaptações de Grande Porte em algumas áreas, e nelas não necessitarão das de Pequeno Porte. Da mesma forma, haverá alunos que não necessitarão de Adaptações de Grande Porte, mas que, para usufruir os benefícios da escolaridade, necessitarão de Adaptações de Pequeno Porte em algumas, ou mesmo em todas as categorias.

Em síntese, as adaptações deverão ser implementadas, garantindo a cada aluno as respostas educacionais de que necessita, sejam elas quais forem, bem como de qual natureza e complexidade o forem.

Ajustes que Cabem ao Professor Realizar

No que se refere aos ajustes que cabem ao professor desenvolver e implementar para garantir o acesso do aluno com necessidades especiais a todas as instâncias do currículo escolar, encontram-se, de maneira geral:

- **criar condições físicas, ambientais e materiais para a participação do aluno com necessidades especiais na sala de aula;**
- **favorecer os melhores níveis de comunicação e de interação do aluno com as pessoas com os quais convive na comunidade escolar;**
- **favorecer a participação do aluno nas atividades escolares;**

- **atuar para a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários;**
- **adaptar materiais de uso comum em sala de aula;**
- **adotar sistemas alternativos de comunicação, para os alunos impedidos de comunicação oral, tanto no processo de ensino e aprendizagem como no processo de avaliação;**
- **favorecer a eliminação de sentimentos de inferioridade, de menos valia, ou de fracasso.**

Uma das primeiras responsabilidades do professor, quanto à tarefa de garantir o acesso de todos os seus alunos ao conhecimento que lhe cabe socializar, é promover os **ajustes na utilização do espaço**. Eles podem ser importantes para permitir que alunos, por exemplo, que apresentam dificuldades para se locomover ou que não possuem visão funcional, possam se deslocar sem maiores riscos pela sala de aula para buscar material no armário, para interagir com a professora, quando esta se encontra distante, ou para se reunir a colegas, para trabalho em grupo.



Um **ajuste na organização do espaço** (mudar a disposição física de mobiliário) pode se mostrar necessário, mesmo para um aluno que apresente uma necessidade especial temporária, de forma a permitir que todos possam se locomover livremente pela sala de aula e participar produtivamente das atividades. Um exemplo dessa situação é a chegada de um aluno que tenha a perna ou o braço engessados, ou um aluno que esteja em período pós-operatório, o que exige dele uma movimentação mais lenta e mais cuidadosa.

Para o trabalho em grupo, por exemplo, o professor poderá considerar mais produtivo agrupar as carteiras de modo que uma fique “olhando” para a outra, ou seja, reajustar a posição das carteiras, duas a duas, ou quatro a quatro. Esta

providência é um ajuste mínimo, que pode em muito favorecer o envolvimento dos alunos nas atividades propostas. Dentre eles, entretanto, pode haver algum que apresente a necessidade de contar com um espaço diametralmente maior para se deslocar e poder deslizar para o assento da carteira sem maiores riscos, ou com maior autonomia. Nesse caso, o professor pode garantir que se abra um espaço mais amplo ao lado da carteira que esse aluno vai ocupar.

Obviamente que no caso de uma sala de aula que conta com um espaço maior, a distância entre uma carteira e outra pode ser de tal monta que torna desnecessário se promover ajustes em sua localização. Como isto, entretanto, é exceção e não regra em nossa realidade educacional, a efetivação de ajustes na utilização do espaço pode se mostrar freqüentemente necessária.



A organização do próprio agrupamento pode ser variada, tanto no que se refere ao tamanho dos grupos, quanto aos critérios de homogeneidade e de heterogeneidade. Isto pode permitir condições para a ocorrência de respostas diferenciadas, seja em função dos objetivos propostos, da natureza dos conteúdos a serem abordados, das necessidades dos alunos, suas características e interesses. A organização das atividades de aprendizagem em pequenos grupos estimula a cooperação e a comunicação entre os alunos, o que é interessante para um aluno com necessidades educacionais especiais.

Cabe, também, ao professor, identificar os recursos didáticos especiais que alunos seus possam necessitar, para solicitá-los junto à direção da escola, e com ela procurar soluções para o caso do recurso pretendido não se encontrar ainda disponível na unidade escolar.

Necessidades Especiais e Adaptações Específicas

Além dessas adaptações de acesso, genéricas, tem-se ainda como exemplos de adaptações mais específicas:

Para atender a necessidades especiais comuns em alunos com deficiência visual

- Posicionar o aluno de forma a favorecer sua possibilidade de ouvir o professor;
- dispor o mobiliário da sala de forma a facilitar a locomoção e o deslocamento do aluno, e evitar acidentes, quando este precisar obter materiais ou informações do professor;
- dar explicações verbais sobre todo o material abordado em sala de aula de maneira visual; ler, por exemplo, o conteúdo que escreve na lousa;
- oferecer suporte físico, verbal e instrucional para a locomoção do aluno, no que se refere à orientação espacial e à mobilidade;
- utilizar os recursos e materiais adaptados disponíveis: pranchas, presilhas para evitar o deslizamento do papel na carteira, lupa, material didático de tipo ampliado, livro falado, equipamento de informática, materiais desportivos como bola de guizo, etc.

Para atender a necessidades especiais comuns em alunos com deficiência auditiva

Antes de abordar especificamente a questão da promoção do acesso educacional, por meio de respostas adequadas para o atendimento das necessidades especiais mais comuns em alunos surdos, faz-se necessário relembrar alguns aspectos essenciais de sua educação.

Sabe-se que **uma das principais vias de construção de conhecimento** sobre a realidade, de que o homem dispõe, é a **interação social**, instância em que a pessoa compartilha experiências lingüísticas, mais ou menos sig-

nificativas, por meio das quais apreende o significado e a função social dos objetos e dos fenômenos sociais.

Ora, o aluno surdo não dispõe da via auditiva para receber e responder aos estímulos que constituem parte da comunicação social. Assim, seu acesso ao conhecimento encontra-se intimamente ligado ao uso comum de um **código lingüístico prioritariamente visual**, sem o qual ele fica limitado a acessar somente as características físicas do objeto e não as conceituais, já que é na comunicação que o homem é exposto ao conjunto de significados associado a cada objeto ou fenômeno social.



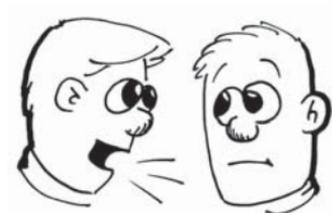
Vamos pensar, por exemplo, em uma criança que tenha vivido em uma comunidade que ainda não foi alcançada com os instrumentos da vida moderna; assim, nunca teve contato com um telefone. Quando, um dia, por alguma razão, sair da comunidade e for até uma vila ou a uma cidade, pode ter a oportunidade de encontrar um; pode perguntar a alguém sobre o que é aquilo, para que serve, como funciona, bem como pode experimentar usá-lo. Assim, poderá rapidamente compreender sobre o que é o objeto, para que serve e como utilizá-lo, mesmo que intensamente surpreendida. Caso essa mesma criança, entretanto, seja surda e tenha desenvolvido um conjunto de sinais compartilhado somente por algumas pessoas de sua família, o processo poderá ser totalmente diferente!

Imaginemos que, por alguma razão, ela tenha saído de sua comunidade pela primeira vez, e tenha ido à mesma vila com alguém que não conhece bem os sinais necessários para com ela se comunicar. Ao deparar com o aparelho telefônico, ele será provavelmente mais um objeto desconhecido para ela.

Deixando de lado os aspectos emocionais que certamente estarão presentes nessa situação (especialmente pelo contato vulnerável com uma grande quantidade de coisas por ela desconhecidas), imaginemos o que o objeto significaria para ela... sua textura, sua cor, seu tamanho, seu formato, a

sensação dele em suas mãos... mas, como iria apreender para que serve esse objeto? Ela pode até imitar outras pessoas que tenham usado o telefone e fazer o mesmo gesto. E daí? Que *feedback* ela teria para esse gesto? Nenhum, além da percepção proveniente dos seus órgãos dos sentidos, não é verdade? Pois então, ela necessitaria da comunicação para poder apreender e construir conhecimento acerca desse objeto. E assim seria, com tudo o mais que constitui a realidade em que vive.

Por estar biologicamente impedida de adquirir, de forma natural (sem ensino sistematizado e formal), a língua portuguesa, **a primeira língua da criança surda torna-se uma língua constituída de sinais**, construída geralmente no ambiente familiar, e muitas vezes somente nele significativa. É comum sermos informados que *“só a mãe é que consegue falar com ele; só ela é quem entende o que ele está querendo”*.



Considerando que toda **aprendizagem** é mediada pela linguagem, ela **será muito melhor sucedida se a língua utilizada for compartilhada** por todos os que se encontram no processo educacional.

Assim, **aprender a língua portuguesa torna-se importante** para o aluno surdo no Brasil como veículo de acesso ao conhecimento sistematizado, embora essa **não possa ser a única possibilidade** a ele oferecida.

A modalidade oral e a modalidade escrita da língua portuguesa devem ser oferecidas sem serem impostas nem automatizadas, principalmente durante a educação infantil. **Ambas, entretanto, devem ser oferecidas paralelamente à língua de sinais**, configurando uma educação bilíngüe (caso essa seja a opção dos pais.)

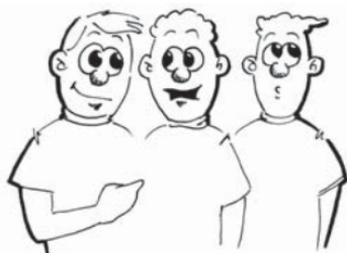
Cabe, entretanto, lembrarmos que se, por algum motivo, o aluno não foi beneficiado pelo ensino da modalidade oral durante a educação infantil, e se estiver, principalmente, com defasagem idade/série no período da alfa-

betização, deve-se priorizar o uso da língua de sinais e da língua portuguesa escrita.

Não podemos nos esquecer também de que a língua portuguesa será, para o aluno surdo, uma segunda língua, como o é para um estrangeiro que venha para o Brasil, apresentando para ele as dificuldades que são comuns na aquisição de uma nova língua (como para qualquer outra pessoa... para você, por exemplo!)

No sistema educacional regular, a língua portuguesa, além de se constituir disciplina do currículo, é o elemento que organiza e faz a mediação no processo de desenvolvimento das demais áreas do conhecimento curricular, uma vez que é nessa língua que o professor faz sua explanação e apresenta o material gráfico.

É necessário destacar que, seja qual for a área de conhecimento, um texto estará sempre presente no ambiente educacional, seja ele materializado na forma oral, na forma escrita, ou na forma sinalizada. Assim, a conversa inicial entre professor e alunos, a ordem para fazer alguma atividade, o enunciado de operações e/ou problemas matemáticos, as piadas, a experiência desenvolvida no laboratório, o livro didático, enfim, **inúmeras situações cotidianas em sala de aula** constituem **textos significativos**, estruturados na língua portuguesa.



O aluno surdo poderá ter dificuldade de compreensão desses textos, o que aponta para a necessidade de se utilizar a língua de sinais, ou outros códigos visuais. A não utilização desses códigos poderá levá-lo à indiferença, ao isolamento, à agressividade ou ao erro. É assim que se constrói, muitas

vezes, a gradativa exclusão do aluno surdo, **marginalizado por um fracasso que não é dele, mas sim do contexto que está sendo incapaz de lhe possibilitar o aprendizado significativo da língua oficial de seu País.**

Nem sempre o método utilizado pelos professores possibilita ao aluno surdo o acesso às experiências cognitivas do meio acadêmico. É comum encontrar tentativas de se ensinar a língua portuguesa para alunos surdos, sem o respeito ao conteúdo vivencial envolvido, desconsiderando-se seu contexto de produção e reduzindo a língua a um sistema abstrato, com formas prontas, que se tenta fazer o aluno assimilar, por meio de “treinos” e repetições.

Nesse sistema, a preocupação maior do professor parece ser apresentar a estrutura gramatical, garantindo que o aluno unicamente “fixe” a ordenação e a seqüenciação correta das palavras sem maior compromisso com o ensino da **língua viva, elaborada, criativa e comunicativa.**

A língua de sinais organiza as idéias dos surdos de forma lógica diferente da organização construída por meio do uso da língua portuguesa.

Assim, o surdo acaba produzindo uma estrutura gramatical diferente, que se reflete nas atividades escritas. Não é apenas o fato de o surdo não receber informações auditivas que interfere nas suas práticas lingüístico-discursivas em português, mas também, o fato de a língua de sinais estar participando ativamente no processo de elaboração discursiva. Ela, portanto, **não pode ser desconsiderada ao se elaborar qualquer juízo de valor e critério de avaliação da produção escrita de alunos surdos.**

Ao se deparar com um texto elaborado por uma pessoa surda, o professor deverá manter uma atitude diferenciada que **não** parta das **aparentes limitações** iniciais, e **sim** das **possibilidades** que as **especificidades** dessa construção contemplam; **que não busque o desvio da normalidade**, mas **as marcas implícitas e explícitas da diferença lingüística** subjacente. Segue um exemplo de uma situação em que o aluno mostrou ter conhecimento do elemento geográfico focalizado, mesmo não tendo conseguido expressar esse conhecimento nos padrões lingüísticos formais da língua portuguesa:

Pergunta: O que é uma ilha?

Resposta: Terra água lado.

O fato de se chamar a atenção para a consideração desses aspectos diferenciados nas produções escritas dos surdos não exime o professor de proceder com as correções necessárias, reforçando o modelo correto por intermédio de exercícios complementares **significativos**, em sala de aula ou extra-classe. A avaliação deve respeitar o progresso individual, considerando-se sempre o estágio inicial do processo educativo do aluno surdo.

Tendo refletido sobre essas questões, fundamentais para a compreensão do processo de aprendizagem do aluno surdo, vamos considerar algumas providências que podem facilitar seu acesso ao currículo como um todo:



- posicionar o aluno na sala de aula de forma que possa ver os movimentos do rosto (orofaciais) do professor e de seus colegas;
 - utilizar a escrita e outros materiais visuais para favorecer a apreensão das informações abordadas verbalmente;
 - utilizar os recursos e materiais adaptados disponíveis: treinador de fala, tablado, *softwares* educativos, solicitar que o aluno use a prótese auditiva, etc.;
 - utilizar textos escritos complementados com elementos que favoreçam sua compreensão: linguagem gestual, língua de sinais;
- apresentar referências importantes e relevantes sobre um texto (o contexto histórico, o enredo, os personagens, a localização geográfica, a biografia do autor, etc.) **em língua de sinais, oralmente, ou utilizando outros recursos, antes de sua leitura;**
 - promover a interpretação de textos por meio de **material plástico** (desenho, pintura, murais, etc.) ou de **material cênico** (dramatização e mímica);
 - utilizar um sistema alternativo de comunicação adaptado às possibilidades e necessidades do aluno: língua de sinais, leitura orofacial, linguagem gestual, etc.

Para atender a necessidades especiais comuns em alunos com deficiência mental

Como é de conhecimento de todos, a deficiência mental não é um quadro único, padronizado e caracterizado igualmente em todos os alunos que a apresentam.

Geralmente constitui uma **dificuldade de abstração**, ou seja, uma dificuldade de operar no nível das idéias, do raciocínio, sem contar com a presença do estímulo concreto. Essa dificuldade pode se apresentar em **vários níveis**, desde as que se resolvem com algum suporte do professor ou de algum colega, até as que necessitam de intenso e constante suporte em diferentes instâncias da vida: pessoal, social, educacional, profissional, etc.

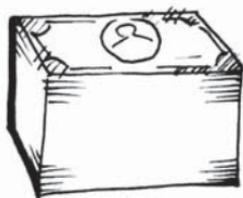
A dificuldade de abstração tem conseqüências práticas importantes na vida cotidiana da criança, inclusive na própria aprendizagem do respeito a limites próprios à vida em comunidade.

Tais circunstâncias não podem ser ignoradas pelo professor, já que dele depende o acesso da criança com deficiência mental a conhecimentos que lhe permitam o desenvolvimento e o exercício da cidadania e a apreensão do conhecimento produzido e sistematizado pelo homem.

Como falar de exercício de cidadania para crianças com deficiência mental? Essa é uma questão que freqüentemente circula nas falas de professores. Nesta conversa perguntaríamos: será que manifestar as necessidades e desejos não é exercer a cidadania? Não seria exercício da cidadania escolher o produto que vai adquirir no supermercado, na quitanda, tomando como base a análise do preço e da qualidade?

Da mesma forma, não seria promoção de cidadania:

- favorecer com que a criança possa locomover-se com o maior grau de autonomia possível em sua comunidade?



- identificar e oferecer o suporte de que a criança necessita para freqüentar, em segurança, os espaços comuns que constituem a comunidade em que vive?
- assegurar-lhe conhecimento para utilização do dinheiro, ou para a busca da ajuda de que necessita para não ser enganado?

E assim por diante... A escola regular precisa se organizar para acolher também os alunos com deficiência mental. Além dos ganhos que eles podem obter em seu processo de desenvolvimento e de construção do conhecimento sobre a realidade, a convivência com parceiros coetâneos, na diversidade que constitui a escola, favorece sua socialização.

O processo de **apropriação do conhecimento** pelo aluno **se fundamenta nos conhecimentos que ele já traz consigo**, representados tanto pelos conceitos cotidianos adquiridos informalmente, como pelos que adquiriu em sua escolaridade anterior, quando ela ocorreu. Já quando entra na escola sem ter tido qualquer escolarização anterior traz consigo conceitos espontâneos, fragmentados, ligados à vida diária. Tais conceitos devem ser reorganizados e ampliados, com a introdução dos conhecimentos formais.

Assim, faz-se **essencial que o professor adote**, como **primeiro passo de sua relação com esse aluno** (bem como com qualquer outro), a prática de **identificar os conhecimentos que ele já possui** como **ponto de partida do processo de ensinar**, base para a ampliação e aquisição de novos conhecimentos, em qualquer unidade temática.

Além dessa providência, fundamental para a promoção do acesso do aluno ao conteúdo curricular, há outras mais específicas sugeridas a seguir:

- posicionar o aluno de forma que possa obter a atenção do professor;
- estimular o desenvolvimento de habilidades de comunicação interpessoal;
- encorajar a ocorrência de interações e o estabelecimento de relações com

o ambiente físico e de relações sociais estáveis;

- estimular o desenvolvimento de habilidades de autocuidado;
- estimular a atenção do aluno para as atividades escolares;
- estimular a construção de crescente autonomia do aluno, ensinando-o a pedir as informações de que necessita, a solicitar ajuda, enfim, a se comunicar com as demais pessoas de forma que estas sejam informadas de sua necessidade e do que esteja necessitando;
- oferecer um ambiente emocionalmente acolhedor para todos os alunos.

Para atender a necessidades especiais comuns em alunos com deficiência física

A grande maioria dos alunos com deficiência física apresenta como necessidade especial para o acesso ao currículo ajustes no ambiente físico, tais como:



- posicionar o aluno de forma a facilitar-lhe o deslocamento na sala de aula, especialmente no caso dos que utilizam cadeiras de rodas, bengalas, andadores, etc.;
 - utilizar recursos ou equipamentos que favoreçam a realização das atividades propostas em sala de aula: pranchas para escrita, presilhas para fixar o papel na carteira, suporte para lápis (favorecendo a preensão), presilha de braço, cobertura de teclado, etc.
- utilizar os recursos ou equipamentos disponíveis que favoreçam a comunicação dos que estiverem impedidos de falar: **sistemas de símbolos** (livro de signos, desenhos, elementos pictográficos, ideográficos e/ou outros, arbitrários, criados pelo próprio professor juntamente com o aluno, ou criado no ambiente familiar, etc.), **auxílios físicos ou técnicos** (tabuleiros de comunicação, sinalizadores mecânicos, tecnologia de informática);
 - utilizar textos escritos complementados por material em outras linguagens e sistemas de comunicação (desenhos, fala, etc.).

Alguns poderão apresentar também uma deficiência mental, o que deverá ser identificado para que as respostas educacionais atendam a todas as suas necessidades.

Para atender a necessidades especiais comuns em alunos com altas habilidades (superdotação)

- Explicitar e discutir sobre sentimentos de superioridade, de rejeição dos demais colegas e de isolamento, favorecendo a instalação de um clima mais favorável para a ocorrência de interações e o estabelecimento de relações sociais estáveis;
- explicitar e discutir sobre sentimentos de mágoa e comportamentos de esquivas dos colegas, com o mesmo objetivo do item anterior;
- estimular o envolvimento em atividades cooperativas;
- estimular a persistência na tarefa;
- estimular o desenvolvimento de pesquisas.

Categorias de Adaptações Curriculares de Pequeno Porte

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, **de atribuição e responsabilidade exclusivas do professor**, em suas ações na sala de aula, podem se dar nas mesmas categorias que as de Grande Porte, com a diferença de que estas são da alçada da instância político-administrativa, já que envolvem decisões que fogem do âmbito de competência do professor.

Optamos por apresentar cada categoria, exemplificando, a seguir, alguns dos ajustes que o professor pode promover para atender a necessidades especiais de alunos com deficiência.

Adaptação de Objetivos

Estas adaptações se referem a **ajustes** que o professor pode fazer nos **objetivos pedagógicos** constantes de seu plano de ensino de forma a adequá-los às características e condições do aluno com necessidades educacionais especiais.



O professor pode **priorizar determinados objetivos** para um aluno, caso essa seja a forma de atender às suas necessidades educacionais. Assim, o professor pode investir mais tempo, ou utilizar maior variedade de estratégias pedagógicas na busca de alcançar determinados objetivos, em detrimento de outros, menos necessários, numa **escala de prioridade** estabelecida a partir da análise do conhecimento já apreendido pelo aluno, e do grau de importância do referido objetivo para o seu desenvolvimento e a aprendizagem significativa do aluno.

Como um exemplo desse tipo de adaptação, o professor poderá priorizar o ensino de formas alternativas de comunicação para um aluno com paralisia cerebral espástica severa, impossibilitado de segurar o lápis mesmo quando ele for engrossado por fita adesiva, em detrimento do ensino da escrita com lápis, em papel. Um aluno com paralisia cerebral espástica severa terá enorme dificuldade para executar os movimentos que são necessários para escrever no papel. Ficar exigindo dele tais movimentos é não só frustrante e estressante, como totalmente desnecessário, já que ele pode se comunicar por outras vias, tais como gestualmente (montando a mensagem que deseja comunicar por meio da utilização do livro de signos), por meio da digitação em teclado aumentado de computador, etc. Escrever, para um aluno com paralisia cerebral espástica severa, pode ser um objetivo de extrema dificuldade para ser alcançado; comunicar-se, entretanto, pode ser um objetivo totalmente viável, **desde que o professor encontre a forma adequada para as características desse aluno, determinantes das necessidades educacionais especiais.**

No caso de alunos surdos, não oralizados, deve-se considerar a necessidade de se alterarem objetivos vinculados à oralidade, adequando-os às formas de comunicação do aluno.

O professor poderá também **acrescentar objetivos complementares** relacionados aos objetivos postos para o grupo. Esse pode ser o caso da ampliação dos componentes curriculares, procedimento comum no ensino de alunos com deficiência mental, e dos programas de aprofundamento ou de enriquecimento curricular, propostos para alunos com superdotação.

Adaptação de Conteúdos

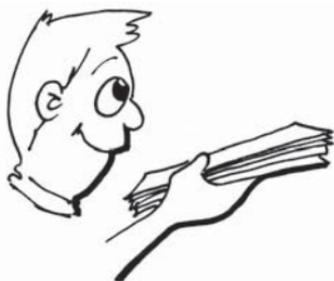
Os tipos de adaptação de conteúdo podem ser a **priorização de tipos de conteúdos**, a **priorização de áreas ou unidades de conteúdos**, a **reformulação da seqüência de conteúdos**, ou ainda, a **eliminação de conteúdos secundários**, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

Assim, o conteúdo a ser trabalhado com o aluno será sempre delineado pelos objetivos postos no plano de ensino. Entretanto, a **ordem** em que o conteúdo e suas subdivisões são apresentados, a **prioridade** que o professor dará às diferentes unidades, áreas, itens e subitens do plano de ensino, bem como a **ênfase** que dará a um item do conteúdo, em detrimento de outro, **é de sua competência decidir, sempre em função das necessidades especiais presentes**.

Adaptações do Método de Ensino e da Organização Didática

Adaptar o método de ensino às necessidades de cada aluno é, na realidade, um **procedimento fundamental** na atuação profissional de todo edu-

gador, já que **o ensino não ocorrerá, de fato, se o professor não atender ao jeito que cada um tem para aprender.** Faz parte da tarefa de ensinar procurar as estratégias que melhor respondam às características e às necessidades peculiares a cada aluno.



Há professores que adotam sempre o mesmo ritual em sala de aula: ao chegar, fazem a chamada, levam aquele “papo” introdutório de boas-vindas e de identificação da data e do dia da semana, recolhem as tarefas, corrigem as tarefas e passam então para a “apresentação” do novo conteúdo; escrevem

a matéria na lousa, instruindo os alunos para copiá-la. Após terminar a atividade de passar a matéria começam a ler o que está escrito na lousa. Após terminada a leitura, muitas vezes tida como explicação, passam exercícios para os alunos fazerem. Enquanto eles fazem a atividade, o professor às vezes vai andando pela classe, cuidando para que a disciplina e o silêncio se mantenham. Após o tempo que acha adequado, passa à correção dos exercícios, às vezes na lousa, às vezes individualmente, pedindo a cada aluno que leve seu caderno até a mesa do professor.

Quais os problemas que você veria neste tipo de procedimento? Certamente está pensando:

- Será que ele sabe qual o nível de conhecimento de cada aluno sobre esse assunto para poder planejar quais os passos a adotar?
- Será que ficar copiando um tema da lousa favorece a aprendizagem?
- Será que esta seria a única forma de abordar esse assunto?
- Ou ainda, será que repetir, em voz alta, o que está escrito na lousa ajuda a dar significado ao conteúdo focalizado?
- Será que o professor não poderia variar um pouco as estratégias de que se utiliza, em função da natureza dos conteúdos que vai abordar?
- Será que uma estratégia única funciona bem com todos os alunos?
- Será que ele não poderia adotar estratégias diferentes com alunos ou

grupos que delas necessitassem, de forma que todos os alunos da classe pudessem ter a mesma oportunidade para apreender o conhecimento que ele está querendo socializar?

Essas, dentre muitas outras, seriam questões que poderiam muito bem se aplicar à análise de qualquer processo de ensino. Seriam também questões que podem **signalizar ajustes** que vão se mostrando **necessários para atender a características específicas dos diferentes alunos em seu processo de apreender e construir conhecimento.**

Muitas vezes, para responder efetivamente às necessidades educacionais especiais de alunos, faz-se necessário **modificar nossos procedimentos de ensino**, tanto **introduzindo atividades alternativas** às previstas, como **introduzindo atividades complementares** àquelas que havíamos originalmente planejado.

Assim, **por exemplo**, ao partir de um objetivo de ensino “ao final desta aula os alunos deverão ser capazes de descrever pelo menos três tipos de folhas”, o professor pode planejar utilizar-se de um álbum de folhas, por meio do qual possa mostrar para os alunos os tipos que planejou ensinar.

Para alunos com baixa visão, ou para alunos cegos, será certamente necessário que o professor descreva verbal e minuciosamente as características de cada folha; pode também ser necessário favorecer com que eles manipulem folhas, mesmo que feitas em argila, de forma que possam perceber suas características; já **para alunos surdos**, cuja perda auditiva impede a realização de associações e análises da mesma forma que as pessoas ouvintes, recursos visuais alternativos devem ser sempre utilizados para que não haja prejuízo na aprendizagem; assim, o professor pode ter de utilizar textos escritos, além de mostrar as características do objeto em questão; pode, também, ter que usar diferentes formas de comunicação, como por exemplo: gestos, mímica, dramatização, desenhos, ilustrações, fotografias, recursos tecnológicos (vídeo, TV, retroprojeter, computador, slides, etc.), leitura labial.

Para alunos com baixa audição, ou para aqueles que utilizam prótese auditiva (aparelho para ouvir), talvez o professor só precise se lembrar de checar se o aluno está usando a prótese, se ela se encontra ligada e adequadamente colocada.

Para alunos com grande dificuldade de abstração, a utilização do material concreto, bem como a promoção de oportunidades diversificadas de se abordar o mesmo assunto pode ser importante (exercícios de identificação das folhas, de associação de idéias, de qualificação das características); para crianças com dificuldades de atenção concentrada, usar jogos dos quais elas gostem para introdução e elaboração de idéias acerca dos diferentes tipos de folha existentes poderia ser motivador e estimular a atenção necessária para os detalhes de suas características.

Alunos com superdotação podem necessitar de oportunidades para desenvolver estudos de observação, de descrição sistemática e mesmo experimentos em laboratório focalizando as folhas, sua função vital, suas propriedades, características, etc.

Alunos com deficiência mental podem necessitar tanto de atividades alternativas às originalmente propostas, como de atividades complementares.

Tais respostas, entretanto, somente poderão ser adequadas às necessidades dos alunos, se o professor mantiver uma postura de atenção às peculiaridades que cada um apresenta em seu processo de aprendizagem.

O uso de atividades que impliquem em diferentes graus de dificuldade pode permitir diferentes possibilidades de execução e de expressão para alunos com diferentes níveis de desenvolvimento e de conhecimento.

Outros ajustes que também podem se mostrar adequados para responder a necessidades educacionais especiais de alunos são: uso de tipos variados de atividades, tais como desenvolvimento de pesquisa,

elaboração e desenvolvimento de projeto, oficinas, visitas, esclarecimento do significado de palavras que lhes sejam desconhecidas, etc.

Uma outra adaptação no método de ensino é a **modificação do nível de complexidade das atividades**. Nem todos os alunos conseguem apreender um determinado conteúdo se ele não lhe for apresentado passo a passo, mesmo que o “tamanho” dos passos precise ser diferente de um aluno para outro. Assim, o professor tanto pode precisar **eliminar componentes da cadeia que constitui a atividade**, como **dar nova seqüência à tarefa**, dividindo a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um e outro, etc.

Outra categoria de adaptação no método de ensino encontra-se representada pela **adaptação de materiais utilizados**. São vários os recursos e materiais que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de vários tipos de deficiência, seja ela permanente, ou temporária.

O professor poderá também ter de fazer **modificações na seleção de materiais** que havia inicialmente previsto em função dos resultados que esteja observando no processo de aprendizagem do aluno. **O ajuste de suas ações pedagógicas tem sempre de estar atrelado ao processo de aprendizagem do aluno.**

Adaptação do Processo de Avaliação

Outra categoria de ajuste que pode se mostrar necessária para atender a necessidades educacionais especiais de alunos é a **adaptação do processo de avaliação**, seja por meio da modificação de técnicas, como dos instrumentos utilizados. Alguns exemplos desses ajustes:

- utilizar diferentes procedimentos de avaliação, adaptando-os aos diferentes estilos e possibilidades de expressão dos alunos;
- possibilitar que o aluno com severo comprometimento dos movimentos

de braços e mãos se utilize do livro de signos para se comunicar, em vez de exigir dele que escreva com lápis, ou caneta, em papel;

- possibilitar que o aluno cego realize suas avaliações na escrita braile, lendo-as então, oralmente, ao professor;
- nas provas escritas do aluno surdo, levar em consideração o momento do percurso em que ele se encontra, no processo de aquisição de uma 2ª língua, no caso, a língua portuguesa. Nas etapas iniciais de sua aprendizagem, ela provavelmente estará muito mais marcada pelas características da língua de sinais, enquanto que nas etapas finais, estará mais próxima do português, ainda que com peculiaridades. O professor, em sua avaliação, deve observar se a mensagem tem coerência lógica, apresentando um enredo com princípio, meio e fim, em vez de se ater unicamente à seqüência estrutural das orações. O professor poderá observar uma estrutura de frase menos complexa, um menor número de verbos por enunciado, um menor número de orações e de encadeamento de frases, menos adjetivos, advérbios e pronomes, com uma maior incidência de palavras significativas. Poderá ainda observar um vocabulário mais restrito, tanto no que se refere ao número de palavras diferentes, como ao número total de palavras utilizadas. Soma-se a isso uma limitação na complexidade de relações semânticas apresentadas (objeto, sua localização, a quem pertence, etc.), sendo mais freqüente o uso de substantivos significativos e de verbos no presente. Essas características serão mais acentuadas em alunos que se encontram nas fases mais iniciais da aprendizagem do português. Sua identificação, entretanto, deve servir de sinalizador para novos ajustes no planejamento do ensino para esse aluno.

Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem

O último tipo de adaptação que se sugere é a **adaptação na temporalidade do processo de ensino e aprendizagem**, tanto aumentando, como diminuindo o tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os

conseqüentes conteúdos. O professor pode organizar o tempo das atividades propostas, levando-se em conta que atividades exclusivamente verbais tomarão mais tempo de alunos surdos. Por outro lado, atividades exclusivamente escritas é que tomarão mais tempo para alunos cegos. Atividades que exigem abstração, como por exemplo, unidades no estudo da matemática, demandarão não somente mais tempo, como também maior frequência de suporte para os alunos com deficiência mental.

Esses foram **alguns** exemplos de Adaptações Curriculares de Pequeno Porte, respostas educacionais que o professor pode e deve dar para favorecer a aprendizagem dos alunos que apresentarem necessidades educacionais especiais em sua sala de aula. Eles, entretanto, não esgotam as necessidades, nem tampouco as possibilidades de ação.

O essencial é:

- 1. Que o professor esteja constantemente atento a seu aluno**, para identificar de que conhecimentos ele já dispõe (relacionados com o tema de cada unidade de conteúdo), e que necessidades educacionais apresenta;
- 2. Que o professor use de sua criatividade** para criar formas alternativas de ensinar, que respondam às necessidades identificadas;
- 3. Que o professor use continuamente da avaliação** para identificar o que precisa ser ajustado no processo de ensinar.